

Ementa:

A Associação de Desenvolvimento da Família – ADEF/ Family Talks apresenta a presente nota técnica em defesa das emendas 146, 147, 148, 149 e 213 para o relatório do **Projeto de Lei nº 2.614, de 2024**, que aprova o **Plano Nacional de Educação**.

Sumário executivo - pelo acolhimento das seguintes emendas

ESB 145/2025 - Modifica a Estratégia 2.11 do Objetivo 2 do Anexo I do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2614, de 2024 - *explicitar o apoio ao exercício da parentalidade na estratégia em questão.*

ESB 146/2025 - Modifica a Estratégia 7.9 do Objetivo 7 do Anexo I do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2614, de 2024 - *assegurar, na capacitação docente na educação básica, atenção aos riscos de saúde mental proporcionados pelo uso das TDICs.*

ESB 147/2025 - Modifica a Estratégia 7.10 do Objetivo 7 do Anexo I do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2614, de 2024 - *assegurar, na capacitação dos profissionais da educação básica, atenção aos riscos de saúde mental proporcionados pelo uso das TDICs.*

ESB 148/2025 - Modifica a Estratégia 7.7 do Objetivo 7 do Anexo I do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2614, de 2024 - *inclui o uso seguro, responsável e equilibrado das TDICs como parte das estratégias pedagógicas para o desenvolvimento da educação midiática.*

ESB 213/2025 - Adiciona a estratégia 7.20 ao Objetivo 7 do Anexo do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.614, de 2024 - *assegura financiamento para a capacitação referente à prevenção dos riscos de saúde mental das TDICs.*

Objetivo 2.

Estratégia 2.11 (ESB 145/2025)

Texto original (relatório)

Incentivar o fortalecimento da relação entre escola e família, em especial a participação dos pais ou responsáveis no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento integral das crianças.

Texto sugerido

Incentivar o fortalecimento da relação entre escola e família, em especial a participação dos pais ou responsáveis no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento integral das crianças, **inclusive por meio de iniciativas de apoio ao exercício da parentalidade positiva.**

Justificativa

A legislação brasileira prevê a promoção da parentalidade positiva como estratégia intersetorial para prevenção da violência contra crianças (cf. Lei n.º 14.826/2024), especificando o que aparece no artigo 70-A, inciso XII do Estatuto da Criança e do Adolescente. A Estratégia 2.20 do relatório apresentado já prevê oportunamente o apoio da escola à programas de orientação às famílias, porém acreditamos que a inclusão ora proposta acrescenta uma especificidade relevante, em conformidade com o ordenamento jurídico e conforme as melhores evidências disponíveis.

Objetivo 7

Estratégia 7.7 (relatório) (ESB 148/2025)

Texto original:

Implementar estratégias pedagógicas para o desenvolvimento da educação digital e midiática, nas três dimensões previstas na BNCC — pensamento computacional, mundo digital e cultura digital.

Texto sugerido:

Implementar estratégias pedagógicas para o desenvolvimento da educação digital e midiática, **e para o uso seguro, responsável e equilibrado das tecnologias digitais**, nas três dimensões previstas na BNCC — pensamento computacional, mundo digital e cultura digital.

Justificativa

A inclusão do trecho “e para o uso seguro, responsável e equilibrado das tecnologias digitais” na Estratégia 7.7 é fundamental para que a educação digital tenha uma dimensão formativa, contemplando ética, cuidado com a saúde mental e bem-estar dos estudantes. O Decreto nº 12.385/2025, em execução da Lei nº 15.100/2025, orienta redes de ensino e escolas a promoverem conscientização

sobre os riscos do uso excessivo de dispositivos digitais, formação de profissionais para o uso equilibrado das tecnologias e criação de espaços de escuta e acolhimento. Em consonância com o Guia sobre Uso de Dispositivos Digitais do Governo Federal e com o relatório da UNESCO (2023), a estratégia promove práticas pedagógicas que asseguram discernimento, moderação e autorregulação, garantindo que a educação digital contribua para a formação integral dos alunos sem comprometer sua saúde.

Estratégia 7.9 (relatório) (ESB 146/2025)

Texto original:

Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores da educação básica para a integração das TDICs ao processo de ensino e aprendizagem e para a implementação da educação digital nas três dimensões previstas na BNCC — pensamento computacional, mundo digital e cultura digital.

Texto sugerido:

Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores da educação básica para a integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) ao processo de ensino e aprendizagem e para a implementação da educação digital nas três dimensões previstas na BNCC — pensamento computacional, mundo digital e cultura digital — **com atenção especial aos riscos à saúde mental provocados pelo uso excessivo de tecnologias.**

Justificativa

A alteração proposta à Estratégia 7.9 visa incluir, na formação docente, atenção aos impactos na saúde mental decorrentes do uso excessivo de tecnologias digitais, tornando a política de formação mais atual e alinhada com o Decreto nº 12.385/2025, que regulamenta a Lei nº 15.100/2025 sobre o uso de aparelhos eletrônicos nas escolas. A proposta orienta as redes de ensino a promover conscientização sobre os riscos do uso imoderado de dispositivos digitais, oferecer capacitação aos profissionais para o uso seguro e equilibrado das tecnologias e criar espaços de escuta e acolhimento para estudantes e docentes com sinais de sofrimento psíquico. Em consonância com o Guia sobre Uso de Dispositivos Digitais do Governo Federal, reforça que a formação docente deve contemplar orientação ética e pedagógica sobre moderação, segurança e bem-estar digital, prevenindo efeitos adversos sobre a saúde mental e garantindo uma educação digital humanizada que promova o desenvolvimento integral dos estudantes.

Estratégia 7.10 (relatório) (ESB 147/2025)

Texto original

Promover e estimular a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica para a integração das TDICs aos processos educacionais, inclusive quanto ao uso de recursos educacionais digitais abertos e à proteção de dados.

Texto sugerido:

Promover e estimular a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica para a integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) aos processos educacionais, inclusive quanto ao uso de recursos educacionais digitais abertos e à proteção de dados, **com atenção especial aos riscos à saúde mental provocados pelo uso excessivo de tecnologias.**

Justificativa:

A modificação proposta à Estratégia 7.10 inclui na formação dos profissionais de educação básica a atenção aos riscos à saúde mental decorrentes do uso excessivo de tecnologias, alinhando o Plano Nacional de Educação ao Decreto nº 12.385/2025, que regulamenta a Lei nº 15.100/2025 sobre aparelhos eletrônicos nas escolas. A proposta orienta as redes de ensino a promover conscientização sobre os riscos do uso imoderado de dispositivos digitais, capacitar profissionais para o uso seguro e equilibrado das tecnologias e criar espaços de escuta e acolhimento para estudantes e docentes com sinais de sofrimento psíquico. Em consonância com o Guia sobre Uso de Dispositivos Digitais do Governo Federal, reforça que o papel do professor deve integrar competência técnica, ética pedagógica e promoção do bem-estar digital, corrigindo a lacuna do PNE original e garantindo que a educação digital contribua para o desenvolvimento pleno, seguro e equilibrado dos alunos.

Estratégia 7.20 (adicionada) (ESB 213/2025)

Garantir financiamento e formação de profissionais da educação para que as escolas implementem ações de combate a problemas de saúde mental e impactos negativos ao bem-estar advindos do uso abusivo de plataformas digitais, em conformidade com a Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025, a Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.

Justificativa

A proposta se justifica pela necessidade de enfrentar de forma estruturada os efeitos adversos do uso excessivo de plataformas digitais sobre a saúde mental e o bem-estar de estudantes, reconhecendo a escola como espaço central para a promoção de práticas educativas seguras e equilibradas. Garantir financiamento e formação de profissionais da educação possibilita que as instituições implementem ações preventivas e de acolhimento, alinhadas às diretrizes das Leis nº 15.100/2025, nº 14.819/2024 e nº 15.211/2025, fortalecendo a capacidade docente de orientar os alunos no uso responsável das tecnologias e contribuindo para o desenvolvimento integral, saudável e sustentável das crianças e adolescentes no ambiente escolar.

Apêndice

Sobre programas de apoio ao exercício da parentalidade

Programas de apoio ao exercício da parentalidade podem potencializar o fortalecimento entre a família e a escola. Esse tema tem sido, cada vez mais, objeto de atenção no debate sobre políticas públicas. No documento *Implementation of the objectives of the International Year of the Family and its follow-up processes*, do Secretário Geral da ONU (2021), declara-se que “educação da parentalidade é um investimento na família e no bem-estar infantil, oferecendo acesso a apoio tanto do ponto de vista de recursos como social. [Ele] foca no desenvolvimento infantil e reforça a importância de relações intrafamiliares fortes”¹, em tradução livre. No parágrafo 75 do referido documento, destaca-se (grifos nossos):

*“Em termos gerais, porém, a **educação parental**, apesar da sua importância, **ainda não foi aplicada ou implantada como estratégia de apoio à família**. Tal como evidenciado pela investigação, a educação parental pode ser adotada de forma mais ampla nas decisões políticas. Pode dar resposta às necessidades das famílias, especialmente no contexto do **bem-estar, da aprendizagem e da educação das crianças, da saúde e da saúde mental e da igualdade de gênero**, contribuindo assim para a consecução de metas relevantes no âmbito de vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.”*²

Por fim o documento recomenda, no parágrafo 81 (tradução livre, grifos nossos)³:

*(c) **Investir na educação parental**, inclusive através do uso de tecnologia, como uma estratégia preventiva valiosa para **reduzir a negligência infantil e apoiar desenvolvimento das crianças**, isoladamente ou como um componente de uma estratégia mais ampla de políticas e programas;*

Além disso, é amplamente documentada a relevância de programas de desenvolvimento da parentalidade para prevenir abusos e negligência infantil. Por exemplo, o UNICEF, em conjunto com a Organização Mundial da Saúde (OMS), lançou um *policy call* intitulado *Universal parenting support to prevent abuse and*

¹ Parenting education is an investment in family and children’s well-being, offering access to both resources and social supports. It focuses on child development and affirms the importance of close intrafamilial relationships. **Implementation of the objectives of the International Year of the Family and its follow-up processes**, documento do Secretário Geral da ONU - A/77/61–E/2022/4. 22 de novembro de 2021. Disponível em:

<<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n21/350/40/pdf/n2135040.pdf?token=D0e2jfHM2DdNPYWu6p&fe=true>>

² Idem

³ Ibidem

*neglect*⁴, em que se recomendam programas e intervenções para o desenvolvimento da parentalidade (baseadas em evidências) como medidas escaláveis e baratas para apoiar mães, pais e cuidadores e prevenir abusos e negligências contra as crianças. **Os custos são baixos: para escalar esses programas em nível nacional, estimam-se os mesmos custos de uma campanha de vacinação. Os resultados são significativos: é avaliada uma redução global de 10% nos gastos para combater os efeitos adversos de casos de violência na vida das crianças.**

O desenvolvimento da parentalidade na legislação brasileira

O tema já está presente na legislação brasileira.

1. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, em seu art. 70A, XII:
XII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana, bem como de programas de fortalecimento da parentalidade positiva, da educação sem castigos físicos e de ações de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;
2. A Lei 14.826, de 20 de março de 2024, apelidada da Lei da Parentalidade Positiva, *institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022.*

Incluir no Plano Nacional de Educação iniciativas voltadas ao desenvolvimento da parentalidade, reforçará a importância do tema, bem como, contribuirá para efetivação de políticas públicas implementadas em larga escala, condição indispensável para que as referidas disposições legais sejam efetivas.

Sobre o uso seguro, responsável e equilibrado das tecnologias digitais

A tecnologia tem sido utilizada para apoiar a educação de diferentes maneiras; apesar de não ser um fenômeno recente, a importância dada a ela potencializou-se nos últimos anos, especialmente por ocasião da pandemia.

Há oportunidades e riscos quanto ao uso de tecnologias em sala de aula. O PNE é um instrumento importante para orientar a educação no Brasil, por isso, além de garantir que crianças e adolescentes terão educação digital, é fundamental que essa educação seja estabelecida sobre bases que visam o uso equilibrado das tecnologias.

O uso excessivo de tecnologias digitais por crianças e jovens já é tema muito discutido, especialmente no que se refere à saúde mental. É de se notar que, sendo o Brasil um dos países onde esse público mais utiliza aparelhos eletrônicos, "os pais

⁴ Disponível em

<<https://www.unicef.org/documents/universal-parenting-support-prevent-abuse-and-neglect>>

brasileiros, por sua vez, estão muito mais preocupados que os pais do restante do mundo com o tempo que seus filhos passam nos dispositivos"⁵.

O estudo da UNESCO *Global education monitoring report summary, 2023: technology in education: a tool on whose terms?*⁶ aponta que "a aprendizagem on-line depende da capacidade de autorregulação dos estudantes e pode colocar os mais jovens e com baixo desempenho em maior risco de desinteresse."

O mesmo relatório indica que há uma correlação negativa entre o uso excessivo das TIC e o desempenho dos alunos, de acordo com dados do Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA). Esses dados demonstram que é preciso refletir a respeito do uso de tecnologias nas instituições educacionais.

Por esse motivo, é fundamental que o novo PNE estabeleça objetivos e estratégias para o uso seguro, responsável e equilibrado das tecnologias digitais, e que esse uso seja promovido em parceria com a família.

⁵ A vida por trás das telas de pais, pré-adolescentes e adolescentes. Disponível em: <https://www.mcafee.com/content/dam/consumer/pt-br/docs/reports/rp-connected-family-study-2022-br-azil.pdf>

⁶ Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385723>